



INOVAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: O ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Márcio Pereira

Docente (coordenador). marcio.pereira@uemg.br

Lilian Fernanda Silva

Docente. lilian.silva@uemg.br

Carla Maria Nogueira de Carvalho

Docente. carla.carvalho@uemg.br

Camila da Fonseca Salvador

Analista Universitária. camila.salvador@uemg.br

Ernani Rodrigues Carvalho

Graduando em Psicologia. (bolsista) Discente. ernani.1686129@discente.uemg.br

Manuella de Sousa Kulkamp

Graduanda em Pedagogia (bolssita). Discente. manuella.2511600114@discente.uemg.br

Eixo 3 – Políticas Públicas e Gestão Educacional na Perspectiva Inclusiva

Palavras-chave: Inclusão. Trabalho. Deficiência. Direitos. Educação.

Resumo Simples

O projeto “Inovação e Formação Profissional da Pessoa com Deficiência: O Estágio Supervisionado Obrigatório” foi aprovado pelo Comitê de Ética (Plataforma Brasil), conforme o Parecer nº 7.727.946, de 26/07/2025, e está aprovado pelo Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PAPQ/UEMG/Edital n.º 15/2025). A iniciativa objetiva investigar e analisar como tem se dado a formação profissional da pessoa com deficiência na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, especificamente na unidade Divinópolis, a partir do estágio supervisionado obrigatório. Essa inquietação surge em razão do expressivo número de pessoas com deficiência matriculadas nessa unidade acadêmica. Considera-se aqui, a partir de Corte e Lemke (2015), que o estágio é o primeiro passo para que o estudante universitário possa se desenvolver na vida profissional, constituindo-se como uma oportunidade para que o discente aprenda a se relacionar com outras pessoas, ao mesmo tempo em que estas aprendem a se relacionar com ele e a acolhê-lo, passos fundantes no âmbito acadêmico como, também, na construção de processos inclusivos. Assim, o estágio acadêmico obrigatório será pensado em duas perspectivas: como uma ação regulatória ou técnica, ou seja, um conjunto de atividades que geram um produto, um documento pronto, acabado e reformulado; e como uma ação emancipatória, articulada com as instituições concedentes e com os produtos desenvolvidos no período de estágio, sendo executada e avaliada coletivamente (universidade, instituições concedentes, estudantes e professores orientadores). Essa

abordagem poderá provocar rupturas epistemológicas relativas à inclusão social. Diante disto, este projeto se justifica pelo direito de a pessoa com deficiência ter uma formação de qualidade e posterior acesso ao mercado de trabalho de forma digna, configurando cidadania e qualidade de vida, bem como pela crescente viabilidade de uma formação inclusiva e equânime na universidade. A pesquisa é de natureza aplicada, com objetivo exploratório e descritivo, de abordagem qualitativa, utilizando como procedimentos a pesquisa bibliográfica e de campo. O universo da pesquisa será composto por estudantes, professores orientadores e instituições concedentes que aderirem à proposta. A análise de dados será realizada pela técnica de “análise de conteúdo”, abordagem que permitirá a inferência a partir das falas coletadas e sua articulação com os estudos levantados, identificando as principais problemáticas relacionadas ao estágio da pessoa com deficiência na UEMG – Unidade Divinópolis, apesar da diversidade da amostra, conforme aponta Bardin (1979). Até o momento, realizou-se a pesquisa bibliográfica, e poucos trabalhos foram encontrados. As discussões são recentes e a temática requer pesquisas que contribuam para o debate. Identificaram-se cinco artigos (entre 2020 e 2024) e quatro dissertações (entre 2014 e 2022), totalizando nove trabalhos. Atualmente, a pesquisa encontra-se na fase de fichamento dos trabalhos encontrados, para posterior sistematização e análise dos resultados. A pesquisa de campo será iniciada no segundo semestre de 2025, considerando a data de aprovação pelo Comitê de Ética. Espera-se que a UEMG esteja aberta às reflexões e ao estabelecimento de ações inovadoras que contribuam para a inclusão da pessoa com deficiência em todos os âmbitos da organização humana. Assim, almeja-se que este projeto possa colaborar com a execução e criação de políticas de inclusão social e educacional relativas ao estágio supervisionado obrigatório, bem como com discussões mais amplas sobre a formação profissional da pessoa com deficiência e sua inserção no mercado de trabalho.

Apoio técnico ou financeiro

Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PAPQ/UEMG/Edital n.º 15/2025)

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**, Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL. **Educação Inclusiva: a escola**. Ministério da Educação: Brasília, 2004.

CARLOU, A. **A inclusão na educação profissional: visão dos gestores do IFRJ**. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://eduinclusivapesquerj.pro.br/wpcontent/uploads/2020/04/dissertacao_carlouAmanda_2014.pdf. Acesso em: 29 de abr. 2023.

CORTE, A. C. D.; LEMKE, C. K. O estágio supervisionado e sua importância para a formação docente frente aos novos desafios de ensinar. In: **Congresso Nacional de Educação**, 12, 2015, Curitiba. Anais... Curitiba, 2015. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/59917466/corte-lemke-o-estagio-supervisionado-e-sua-importancia-para-a-formacao-docnete-f>. Acesso em: 04 maio 2023.

DARCANCHY, M. V. Responsabilidade social nas relações laborais do deficiente. In: DARCANCHY, M. V. **Responsabilidade social nas relações sociais**. São Paulo: LTr Editora, 2007.

DOTA, F. P. **Inclusão da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho:** avaliação de um programa de capacitação profissional. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) Faculdade de Ciências. Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124047>. Acesso em: 29 abr. 2023.

DUK, C. **Educar na diversidade:** material de formação docente. 3ª ed. MEC, SEESP: Brasília, 2006.

LEITE, L. P. et al. A adequação curricular como facilitadora da educação inclusiva. **Revista Psic. Da Ed.**, São Paulo, 32, 1º sem., 2011, p. 89-111.

LUNDVALL, B. A. The University in the Learning Economy, www.druid.dk/wp/pdf_files/02-06.pdf, DRUID Working Papers. 2002.

MELO, S. L. de; BORGES, L. de O. A transição da universidade ao mercado de trabalho na ótica do jovem. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 376-395, set. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/wmfLvJ43qLTB5JMmYFxFWcmS/abstract/?lang=pt>
Acesso em: 29 abr. 2023.

MENEZES, S. A. B. de. As pessoas com deficiência chegam à universidade: políticas públicas e as práticas para igualdade de oportunidades no ensino superior à distância no Brasil e na Espanha. In: **Congresso Ibero-Americano de Docência Universitária**, 10, Porto Alegre, 2018. Anais. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.aiduasociacion.org/as-pessoas-com-deficiencia-chegam-a-universidadepoliticas-publicas-eas-praticas-para-igualdade-de-oportunidades-no-ensino-superior-adistancia-no-brasil-ena-espanha/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MIRANDA, T.G. Trabalho e deficiência: velhos desafios e novos caminhos. In: MANZINI, E.J. **Inclusão e acessibilidade** Marília: ABPEE, 2006. p. 159-170.

PEREIRA, A. L.N.; FILDMMANN, M. G. O estágio curricular supervisionado em espaços não escolares: contribuições para a formação inicial de pedagogos. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 102-125, jan.-abr. 2020.

PEREIRA, C. E. C.; BIZELLI, J. L.; LEITE, L. P. Organizações de Ensino Superior: inclusão e ambiente de trabalho. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 138, p.99-115, jan.-mar., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RKtCq7ydBKJcbYTm5MtQZWt/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 21 set. 2023.

PEREIRA, C. E. **Inclusão no mercado de trabalho:** analisando a relação escola e empregabilidade de pessoas com deficiências. 2010. 170f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/99270?show=full> Acessado em: 18 set. 2023.

ROSS, P. R. Trabalho das pessoas com deficiência: transformando barreiras em oportunidades. In: MANZINI, E.J. **Inclusão e acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006. p. 171-180.

SANTOS, A. C. dos. **Inserção laboral das pessoas com deficiência no Sistema S da cidade de São Carlos**. Tese (Doutorado em Educação Especial) Centro de Educação e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10973>. Acesso em: 29 abr. 2023.

SANTOS, M. P. dos. **Dialogando sobre inclusão em educação**: contando casos (e descasos) – 1ª ed., Curitiba, PR, 2013, p. 13-28 19.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 9 de nov. de 2024.

VEIGA, I. P. A. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003. Disponível em